

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: AVALIAÇÃO DE PÓS OCUPAÇÃO EM RESIDENCIAL NO MUNICÍPIO DE GUARABIRA/PB

André Luis Coelho Fernandes - UFPB - Universidade Federal da Paraíba

Wagner Soares Fernandes Santos - UFPB - Universidade Federal da Paraíba

Resumo

O déficit de moradia para pessoas de baixa renda se encontra entre os desafios urbanos mais relevantes. A atual Habitação de Interesse Social propõe adotar uma perspectiva de habitabilidade, enquanto um novo conceito de moradia, do entorno e das peculiaridades dos beneficiários a serem selecionados para sua ocupação. Esta pesquisa tem como objetivo avaliar a pós-ocupação do Residencial Jáder Soares Pimentel, na cidade de Guarabira/PB. Utilizou-se um questionário para a coleta de dados com 242 moradores. Adotou-se a abordagem quantitativa. Os itens com melhor avaliação foram: posto de saúde; ventilação e iluminação direta nos cômodos dos apartamentos equipamentos comunitários adaptados a pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida, baixo nível de violência urbana, conhecimento das ações do poder público e coleta de lixo. Os itens com pior avaliação foram: quadra de esportes, posto de polícia, centro de assistência social, acesso à creche infantil, oportunidade para que jovens sejam inseridos em atividades de esporte, lazer e cultura. Foram identificadas diferenças significativas de percepção entre alguns grupos de moradores.

Palavras-chave:Habitação de Interesse Social. Setor Público. Políticas Públicas.

Abstract

The housing deficit for low-income people is among the most relevant urban challenges. The current Social Interest Housing proposes to adopt a habitability perspective, as a new concept of housing, the surroundings and the peculiarities of the beneficiaries to be selected for its occupation. This research aims to evaluate the post-occupancy of Residencial Jáder Soares Pimentel, in the city of Guarabira/PB. A questionnaire was used to collect data from 242 residents. The quantitative approach was adopted. The items with the best evaluation were: health center; ventilation and direct lighting in apartment rooms community equipment adapted for people with disabilities and/or reduced mobility, low level of urban violence, knowledge of public authorities' actions and garbage collection. The items with the worst evaluation were: sports court, police station, social assistance center, access to children's daycare, opportunities for young people to be involved in sports, leisure and cultural activities. Significant differences in perception were identified between some groups of residents.

Keywords: Social Housing. Public Sector. Public Policy

Habitação de Interesse Social: Avaliação de Pós Ocupação em Residencial no Município de Guarabira/PB

INTRODUÇÃO

A rápida urbanização ocorrida nas últimas décadas do século XX, aliada a um processo de ‘industrialização tardia’ que incorporou poucos trabalhadores urbanos – acarretou problemas urbanos complexos e de difícil enfrentamento por parte do poder público. E entre as diversas necessidades da população de baixa renda vinculadas ao habitat (saneamento, abastecimento de água, energia elétrica, transporte, entre outros), a que apareceu com mais evidência e centralidade foi o déficit de moradia (AZEVEDO, 2007).

Essa constatação permanece válida ao longo deste primeiro quarto do século XXI. Mesmo sendo colocada entre as prioridades nas três esferas dos governos brasileiros, a questão habitacional continua a afetar a maior parte da população. Mesmo em camadas sociais com renda considerada suficiente para atender as necessidades básicas – a chamada classe média – o déficit habitacional é uma realidade.

E quando se volta o olhar para a camada populacional de baixa renda, essa realidade torna-se ainda mais clara e premente. O processo habitacional voltado para esse extrato da sociedade é chamado de Habitação de Interesse Social. Ocorre que, na medida em que o poder público passa a atuar no sentido de contribuir para a construção de novos horizontes para esse público-alvo, deve se distanciar de uma perspectiva histórica e tradicional do paradigma em que a construção de conjuntos habitacionais de interesse social era vista essencialmente pelo viés da pedra e do cal. Passando a adotar uma perspectiva atual de habitabilidade, enquanto um novo conceito de moradia, do entorno e das peculiaridades dos beneficiários a serem selecionados para sua ocupação.

Seguindo nesse novo entendimento, a Prefeitura Municipal de Guarabira/PB (PMG), identificou um elevado índice de ocupações irregulares, construções ou modificações de habitações que não atendiam aos requisitos mínimos de segurança, baixa disponibilidade de serviços públicos básicos nas proximidades, infraestrutura precária e ausência de documentação que comprovasse a titularidade da propriedade da unidade habitacional.

Neste cenário, este artigo teve como objetivo avaliar a pós-ocupação do Residencial Jáder Soares Pimentel, com a finalidade de propor aperfeiçoamento das ações e política de habitação de interesse social da PMG.

Tomou-se conhecimento de que a PMG já havia feito a entrega da primeira etapa do empreendimento habitacional, com a finalidade de reduzir o déficit habitacional entre as pessoas de baixa renda. Houve a entrega de 400 das 1200 unidades habitacionais prevista no projeto. A partir desta constatação identificou-se um cenário adequado para a realização de um estudo pós ocupação desse empreendimento habitacional devido ao tempo de ocupação de um volume expressivo de apartamentos, por também estar vinculado a uma política habitacional já voltada para o interesse social e que, por estar com 2/3 das obras ainda em fase de projeto e configurar-se como uma iniciativa ainda passível de aperfeiçoamento.

REFERENCIAL TEÓRICO

Pires e Calegare (2017) ao abordar a configuração do problema da habitação no Brasil, colocam como marco da intervenção do Estado nesse segmento o ano de 1910, a partir do lançamento de programas que visavam atenuar a situação de déficit habitacional através do financiamento a moradias, consistindo em um desafio urbano que perdura até os dias atuais, reportando-se a Habitação de Interesse Social (HIS) como sendo:

[...] um tipo de moradia produzida para atender a necessidade de moradia de um grupo de famílias que se inserem no perfil socioeconômico de extrema pobreza a baixa renda, isto é, que possuem rendimentos de zero a três salários mínimos. Portanto, não possuem condições de obter a casa própria no âmbito do mercado capitalista, no qual os imóveis considerados adequados para moradia têm muitas vezes valores exorbitantes. Sendo assim as HIS são normalmente subsidiadas pelo poder público e que também seleciona as famílias beneficiadas. (PIRES; CALEGARE, 2017, p. 116).

Por outro lado, cabe ressaltar que os projetos de HIS no Brasil são bastante criticados em razão de não atenderem aos seus objetivos sociais. Há, entretanto, experiências positivas em que os projetos arquitetônicos levaram em consideração aspectos relativos ao acesso à infraestrutura urbana, conectividade com o entorno e conforto ambiental dentre outros aspectos característicos desse tipo de habitação.

Além de contribuir para mitigar o problema do déficit habitacional, esse padrão de moradia oferece condição de mobilidade para atender pessoas idosas e portadoras de deficiência, ou seja, nesses condomínios todos os apartamentos localizados no térreo são adaptados para pessoas com limitação de mobilidade. E, com a edificação da infraestrutura de suporte as necessidades sociais de seus ocupantes, pois a área externa conta, em muitos deles, com parques para as crianças e academia para a terceira idade, se enquadra no conceito de HIS, nos moldes descrito por Marques (2018).

Dentro dessa mesma perspectiva, mas com as peculiaridades de cada país, vem se desenvolvendo a Habitação de Interesse Social em outros países. Sobre essa questão, pode-se afirmar, ancorado no estudo efetuado por Chung et al. (2020), que desde 2012 a habitação social tem sido implementada para reduzir o déficit habitacional em Seul. Diferentemente dos países ocidentais, nessa metrópole os projetos habitacionais sociais são providos por organizações não privadas e sindicatos cooperativos que atuam como agências e recebem assistência e benefícios dos governos locais.

Wiesel e Pawson (2015) identificaram as taxas de rotatividade em declínio na locação de imóveis sociais como um dos problemas da habitação social na Austrália, devido a percepção dos inquilinos sociais de obter uma moradia através de um mecanismo seguro e acessível. E argumentaram em favor de políticas que visem criar oportunidades de mobilidade social ascendente para os locatários sociais.

Lin (2018) identificou que a construção de moradias sociais em cidades chinesas em grande escala é considerada necessária para atender às necessidades urgentes de moradia das famílias de baixa e média renda. Em estudo de caso realizado em Guangzhou por essa mesma autora identificou-se problemas enfrentados por muitos bairros de habitação social que foram recentemente construídos nos subúrbios e, entre as recomendações apresentadas estavam: estabelecer um sistema de alocação justo e transparente; a participação das famílias beneficiárias no processo decisório é crucial para entender suas necessidades habitacionais e tornar as abordagens mais adequadas a elas.

Diante do exposto, dentro de uma perspectiva fornecida pela literatura nacional sobretudo o que foi identificado por estudiosos da literatura nacional, como Pires e Calegari (2017), Buonfiglio (2017), Bandeira e Reyes Júnior (2021); e internacional com base nos trabalhos de Chung et al. (2020), Wiesel e Pawson (2015) e Lin (2018), pode-se afirmar que o estudo da HIS é complexo e requer entendimento sobre a política urbana, bem como do conceito de habitação social para poder entender a sua proposta de que a habitação adquire conotação mais ampla do que um lugar para se morar, perpassando a noção de integração econômica, social e cultural dos moradores para com o entorno.

Percebe-se nesses achados das pesquisas efetuadas que tanto no Brasil como em outros países que a HIS é parte integrante de programa governamental, portanto de natureza política com subsídio para atender a população em situação crítica no que concerne a falta de moradia

digna, representando, portanto, estratégia para buscar atenuar o problema do déficit de moradias e atender ao objetivo 11, meta 1 do ODS, no qual a questão da moradia surge atrelada não só como aspecto relacionada aos direitos sociais, mas como questão de dignidade, de oferta de condições de habitação adequada as necessidades de seus ocupantes (ONU BRASIL, 2022).

Uma das características da HIS decorre do seu caráter informativo e educativo com vistas à apropriação e uso correto das unidades habitacionais, com toda a infraestrutura implantada e em funcionamento, mediante comprometimento e participação da população beneficiada com esse instrumento de gestão e seu respectivo projeto de intervenção por parte do poder público.

Marco de referência importante da HIS é atribuída o PMCMV, para o qual convergem duras críticas em face de sua vinculação à lógica mercadológica e ao processo de acumulação capitalista deixando de atender ao escopo de um trabalho integrado capaz de fomentar a participação e de “incentivar a autonomia e o protagonismo social, junto com um conjunto de outras ações e políticas na perspectiva da intersetorialidade” (NERY; ARAÚJO, 2018, p. 7).

Sobre as implicações da falta de substrato e alcance dos objetivos da HIS na execução do PMCMV, pode-se observar que:

As avaliações dos impactos deste programa apontam para sua importância quantitativa e a relevância no atendimento das camadas mais empobrecidas, já que estabelece a produção de habitação com subsídio do Orçamento Geral da União (OGU) para as famílias com renda a partir de 0 reais. No entanto, ressaltam seu padrão segregador, sem planejamento intersetorial, em larga escala e em forma de gestão condominial, que, em detrimento das demandas da população, busca a redução dos custos com o empreendimento e a lucratividade do capital, revelando-se, portanto, como extensão da base social necessária à expansão do processo de acumulação do capital (NERY; ARAÚJO, 2018, p. 8).

Ou seja, a proposta do PMCMV para a ter sua essência voltada para a dimensão política e econômica, fragilizando o componente social, atuando, não como política pública que viabiliza o direito à moradia, mas como “política de provisão habitacional que se realiza por intermédio do e para o mercado” esclarece Carlos (2014, p.251, apud NERY; ARAÚJO, 2018, p. 8). Em outras palavras, “diante deste contexto, a moradia é representada como elemento que propõe restabelecer os laços entre Estado, mercado e sociedade, já que por meio da difusão da ideologia da casa própria, busca-se propagar uma política econômica fundamentada na produção de moradia”, apontam Nery e Araújo (2018, p. 8).

Há forte influência do controle da Caixa, agente operacionalizador do PMCMV sobre a HIS, situação que segundo Pimentel (2012, apud NERY; ARAÚJO, 2018, p. 14) resulta:

Na alienação, engessamento, padronização do trabalho social ao cumprimento do que a autora denomina de ‘receita pronta’, para a qual as demandas da população não são a finalidade, mas sim o gerenciamento dos recursos, bem como refere-se à perda de processos de participação que passam a caracterizar-se como prestação de informações.

Vasconcellos Sobrinho, Alves, e Vasconcellos (2016), trazem algumas colaborações sobre o Assentamento Jaderlândia em Ananindeua-PA, que reforçam a relevância da implantação ainda em seu nascedouro de conceitos claros que norteiem a equipe, como um instrumento importante para a construção do sentimento de territorialidade; utilizar linguagem acessível com vistas à integração social; promover assembleias, reuniões, mobilizações e informações sobre as intervenções físicas nos assentamentos precários; motivar a comunidade a participar do desenvolvimento do projeto de intervenção urbana; promover a inclusão social de famílias que saem de uma condição de insalubridade habitacional social e passam a exercer o direito a ter um ambiente saudável para morar.

Silva (2013), traz algumas conclusões sobre a implantação de HIS em Cuiabá/MT: restrito poder de decisão da comunidade diante dos trabalhos desenvolvidos; necessidade de ampliação da participação social na política habitacional; conceber o beneficiário não apenas como agente receptor, mas como efetivo transformador social, concluindo o seguinte:

[..]. para o exercício da cidadania torna-se necessária a utilização dos mecanismos constitucionais existentes que possibilitem a participação do cidadão na tomada de decisões, [...]. É preciso o envolvimento de todos os sujeitos sociais (sociedade civil, poder público e áreas técnicas) para o enfrentamento da questão habitacional. Quando a gestão pública, instituições, sociedade civil e população em geral agregam esforços para a resolução de diferentes problemas, potencializam as mudanças, tais mudanças devem sustentar-se na discussão dos problemas e encaminhamento conjunto de soluções. É necessário propiciar a realização de planos de desenvolvimento sustentável, envolvendo a comunidade, na perspectiva de convergir interesses e ações para a efetiva superação da situação-problema (SILVA, 2013, p. 105).

Para mobilizar é preciso ir até onde as pessoas estão e não esperar apenas que elas atendam a uma convocação formal. Assim, as igrejas, clubes, escolas e outros locais devem ser procurados para apoiar a mobilização e estabelecer contatos com os moradores. Os convites devem ser feitos pessoalmente, ressaltando a importância da participação e sua finalidade, promovendo a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação, manutenção e acompanhamento dos bens e serviços previstos na intervenção, a fim de adequá-los às necessidades e à realidade local, e estimular a plena apropriação pelas famílias beneficiárias.

Além disso, deve-se considerar que todo projeto necessita ser gerenciado de modo a assegurar que tudo o que foi planejado será executado e controlado na perspectiva de integração entre todos os elementos considerados. Assim, deve-se trabalhar com a população no momento anterior às obras, durante as obras e posterior às obras, também chamada de pós-ocupação, contribuindo assim para superar a visão de que a moradia se resume ao espaço de habitação, passando a construção de uma visão integrativa que produz novos valores capazes de solidificar o empreendimento social (PAZ; TABOADA, 2010).

METODOLOGIA

Nesta pesquisa foram utilizadas as seguintes técnicas de pesquisa: a) Pesquisa bibliográfica - realizada através do levantamento de literatura realizado através de duas estratégias: 1) pesquisa na base de dados Scielo com a utilização do descritor “habitação de interesse social”. Os resultados iniciais foram filtrados a partir da leitura dos títulos e resumos. 2) A partir dos resultados finais encontrados na estratégia anterior, buscou-se identificar as referências nacionais e internacionais mais relevantes, as quais foram acessadas através da base de dados *Web of Science*, da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações e, quando necessário, nos repositórios digitais de instituições de ensino. b) Pesquisa de Campo - Consistiu na coleta de dados e informações através da aplicação de questionário com os beneficiários das unidades do Residencial Jader Soares Pimentel.

A análise dos dados foi desenvolvida com suporte dos softwares JASP, versão 0.16.4.0, e IBM SPSS, versão 22. Inicialmente, foi desenvolvida uma inspeção nos dados faltantes e outliers. Para os dados faltantes foi utilizado o procedimento de *listwise*, isto é, os casos em que havia dados faltantes em alguma das variáveis foram excluídos da análise (HAIR JR *et al.*, 2009). Para identificação de outliers foi utilizada a distância de Mahalanobis, em que os casos de uma função qui-quadrado com probabilidade inferior a 0,001 foram considerados casos extremos e excluídos das análises (TABACHNICK; FIDEL, 2013). Posteriormente, foram realizadas as estatísticas descritivas para explorar os itens do estudo de acordo com a

amostra estudada. Após as estatísticas descritivas, foram implementadas, em cada dimensão (MIU, IS e SM), Análises de Componentes Principais (ACP), com rotação oblíqua (oblimin), a fim de verificar padrões de agrupamento e redução dos itens em fatores para análise (HAIR JR et al., 2009).

Com base nos fatores determinados na ACP, foram calculadas as médias aritméticas dos itens de cada fator para as comparações entre os grupos demográficos da amostra. Para as comparações entre os grupos, foram utilizados os testes de Análise de Variância (ANOVA) e teste t de Student (COOPER; SCHINDLER, 2016). Os pressupostos de normalidade e de homogeneidade de variância foram verificados, respectivamente, a partir dos testes de Shapiro-Wilk (SW) e Levene (COOPER; SCHINDLER, 2016).

Para efetuar a Anova e o teste t foram implementados procedimentos de correção. O procedimento de *bootstrapping*, com 1000 reamostragens e correção de viés BCa, foi executado para garantir resultados robustos à ausência de normalidade. O processo de reamostragem implica no cálculo simulado de novas amostras a partir da amostra original para produzir novas médias, gerando limites inferiores e superiores em torno da diferença média dos grupos, em que a significância ocorre quando os intervalos não incluem o zero (EFRON; TIBSHIRANI, 1986).

Na prática, quando os limites inferiores e superiores têm o mesmo sinal, a diferença de média entre os grupos pode ser considerada significativa. Ademais, a significância da Anova foi extraída do teste de Brown-Forsythe, que é robusto para verificar igualdade de médias com variância heterogêneas de grupos, e o teste de Scheffé foi utilizado como post-hoc, uma vez que é mais conservador para comparações entre grupos (COOPER; SCHINDLER, 2016).

APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para atender ao propósito empreendido nessa pesquisa, apresenta-se um diagnóstico sobre as condições de habitabilidade do Residencial Jáder Soares Pimentel, na percepção dos beneficiários sobre os fatores relacionados a HIS.

ANÁLISE DESCRITIVA DAS DIMENSÕES DO ESTUDO

Também foram realizadas análises descritivas das dimensões do estudo. A tabela 1 demonstra as estatísticas descritivas da dimensão Moradia e Inserção Urbana.

Tabela 1 - Estatísticas descritivas da Dimensão Moradia e Inserção Urbana

Item	N	Perd.	Média	D.P	1º quartil	2º quartil	3º quartil	SW (p-valor)
MIU12	228	4	3,74	0,91	3	4	4	0,814 (< 0,001)
MIU13	227	5	3,46	0,92	3	4	4	0,837 (< 0,001)
MIU14	224	8	2,63	1,00	2	2	4	0,870 (< 0,001)
MIU15	223	9	3,33	0,93	3	4	4	0,843 (< 0,001)
MIU16	225	7	2,79	1,01	2	3	4	0,862 (< 0,001)
MIU17	227	5	3,88	0,95	4	4	4	0,799 (< 0,001)
MIU18	231	1	2,97	1,06	2	3	4	0,849 (< 0,001)
MIU19_PS	225	7	4,58	0,69	4	5	5	0,623 (< 0,001)
MIU19_E	211	21	1,61	0,78	1	1	2	0,712 (< 0,001)
MIU19_C	196	36	1,66	0,84	1	1	2	0,703 (< 0,001)
MIU19_PP	227	5	1,11	0,41	1	1	1	0,285 (< 0,001)
MIU19_QE	228	4	1,01	0,09	1	1	1	0,067 (< 0,001)
MIU19_CRAS	224	8	1,23	0,60	1	1	1	0,420 (< 0,001)

Legendas: N: dados válidos; Perd: Dados perdidos; D.P.: Desvio-padrão; SW: teste Shapiro-Wilk

Fonte: elaboração própria (2023).

Para verificar como as distribuições das pontuações se comportam, foi realizado o teste de Shapiro-Wilk, cujos resultados foram não significativos ($p < 0,05$). Então, cada distribuição em questão é significativamente diferente de uma distribuição normal. Ou seja, todos os itens apresentam distribuição não normal (FIELD, 2018).

Na média, o item melhor avaliado foi o MIU19_PS, relacionado à avaliação sobre o posto de saúde. Depois, os itens MIU17, sobre a ventilação e iluminação direta nos cômodos, e MIU12, associado aos equipamentos comunitários adaptados a pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida.

Essa melhor avaliação do posto de saúde e dos cômodos dos apartamentos podem ter sido influenciadas pelas condições anteriores de habitação dos beneficiados pelo programa. Como afirma Borges (2018, p.124), “a questão de terem conseguido um teto construído de forma regular e inserido em local mais adequado do que aquele em que viviam, representa uma mudança radical”.

As piores avaliações são quadra de esportes (MIU19_QE), posto de polícia (MIU19_PP) e centro de assistência social (MIU19_CRAS). Não foi verificada a normalidade da distribuição de nenhum dos itens, no teste Shapiro-Wilk. Em pesquisa coordenada por Fernandes (2009) também foi constatada avaliação negativa em relação à segurança pública.

Com relação à Dimensão Inclusão Social, a tabela 2 também demonstra as estatísticas descritivas para cada item.

Tabela 2 – Estatísticas descritivas da Dimensão Inclusão Social

Item	N	Perd.	Média	D.P	1º quartil	2º quartil	3º quartil	SW (p-valor)
IS20	228	4	3,11	0,94	2	3	4	0,852 (< 0,001)
IS21	228	4	2,94	0,90	2	3	4	0,877 (< 0,001)
IS22	232	0	0,20	0,55	0	0	0	0,413 (< 0,001)
IS23	232	0	0,05	0,24	0	0	0	0,217 (< 0,001)
IS24	232	0	0,21	0,61	0	0	0	0,386 (< 0,001)
IS25	232	0	2,35	1,60	1	2	3	0,934 (< 0,001)
IS26	229	3	3,66	1,00	3	4	4	0,855 (< 0,001)
IS27	229	3	3,18	1,42	2	3	5	0,864 (< 0,001)
IS28	231	1	4,18	0,78	4	4	5	0,763 (< 0,001)
IS29	230	2	2,72	0,95	2	2	4	0,820 (< 0,001)
IS30	227	5	2,83	0,99	2	3	4	0,862 (< 0,001)
IS31	187	45	2,64	0,99	2	3	3	0,896 (< 0,001)
IS32_atraso	232	0	1,65	0,48	1	2	2	0,604 (< 0,001)

Legendas: N: dados válidos; Perd: Dados perdidos; D.P.: Desvio-padrão; SW: teste Shapiro-Wilk

Fonte: elaboração própria (2023).

Na média, o item melhor avaliado foi o IS28, relacionado às formas de violência urbana que não são considerados casos graves. Também foram bem avaliados o sinal de telefone e internet (IS26) e conhecimento das ações do poder público (IS27). Todos os itens citados denotam que para sanar o problema envolvendo a questão da moradia, não basta construir casas, é necessário criar as condições de infraestrutura, de comunicação e de segurança para oferecer condições dignas aos seus ocupantes, conforme mostram os estudos feitos por Silva (2013), Vasconcellos Sobrinho, Alves e Vasconcellos (2016).

As piores avaliações são o acesso à creche infantil (IS23), número de crianças fora do ensino fundamental (IS22) e oportunidade para que jovens sejam inseridos em atividades de esporte, lazer e cultura (IS24). O teste Shapiro-Wilk não suportou a hipótese de normalidade da distribuição para os itens. Esses resultados apontam que os serviços públicos mencionados não estão atendendo a perspectiva dos moradores, ou pela ausência ou em virtude da qualidade do serviço estar insuficiente, ou por desconhecimento da oferta do serviço público ofertado.

Quanto à Dimensão Satisfação do Morador, a tabela 3 revela as estatísticas descritivas para cada item.

Tabela 3 – Estatísticas descritivas da Dimensão Satisfação do Morador

Item	N	Perd.	Média	D.P	1º quartil	2º quartil	3º quartil	SW (p-valor)
SM34	231	1	4,10	0,91	4	4	5	0,740 (< 0,001)
SM35	232	0	4,21	0,68	4	4	5	0,715 (< 0,001)
SM36	230	2	4,57	0,55	4	5	5	0,650 (< 0,001)
SM37	186	46	2,04	0,86	1,25	2	2	0,807 (< 0,001)
SM38	224	8	3,43	1,16	2	4	4	0,847 (< 0,001)
SM39	231	1	4,36	0,58	4	4	5	0,711 (< 0,001)
SM40	228	4	4,15	0,72	4	4	5	0,706 (< 0,001)
SM41	225	7	4,34	0,52	4	4	5	0,680 (< 0,001)
SM42	226	6	3,22	0,85	3	3	4	0,852 (< 0,001)
SM43	228	4	3,94	0,79	4	4	4	0,799 (< 0,001)
SM44	231	1	3,86	0,85	4	4	4	0,818 (< 0,001)
SM45	230	2	4,05	1,02	3,25	4	5	0,816 (< 0,001)
SM46	227	5	3,61	0,86	3	4	4	0,846 (< 0,001)
SM47	225	7	3,16	0,80	3	3	4	0,854 (< 0,001)
SM48	226	6	3,65	1,23	2	4	5	0,851 (< 0,001)
SM49	229	3	4,01	0,70	4	4	4	0,720 (< 0,001)
SM50	231	1	2,95	0,91	2	3	4	0,880 (< 0,001)
SM51	232	0	3,77	0,92	3	4	4	0,811 (< 0,001)

Legendas: N: dados válidos; Perd: Dados perdidos; D.P.: Desvio-padrão; SW: teste Shapiro-Wilk

Fonte: elaboração própria (2023).

Na média, o item de melhor satisfação dos moradores foi o SM36, relacionado à coleta de lixo, seguido da satisfação com a rede elétrica (SM39) e acesso de pedestres (SM41). No entanto, o nível de satisfação do morador é pior quanto à varrição (SM37), participação dos moradores na conservação dos equipamentos (SM50) e grupos de convivência e de participação social (SM47). O teste Shapiro-Wilk não suportou à hipótese de normalidade dos itens.

Fernandes (2009) constatou que, em empreendimento semelhante em Osasco/SP, houve insatisfação com os serviços de coleta de lixo devido as ruas serem estreitas, haver detritos depositados em locais inadequados e criação de animais de médio e grande porte no local. Já o serviço de iluminação pública também foi avaliado positivamente.

ANÁLISE DE COMPARAÇÃO ENTRE OS GRUPOS DEMOGRÁFICOS

Comparação por Idade

Foi avaliado se a idade do respondente impacta em suas avaliações. A idade do respondente foi dividida em função da mediana da amostra, de 38 anos, então dois grupos foram criados, sendo um até 38 anos ($n = 112$) e outro acima de 38 anos ($n = 108$). Conforme demonstra a tabela 4, não foram identificadas diferenças significantes ($p \leq 0,05$) nas avaliações sobre Moradia e Inserção Urbana em função da idade do respondente.

Tabela 4 – Comparação de Avaliações sobre Moradia e Inserção Urbana em função da idade do respondente

Fator	Categoria (idade)	Média (DP)	Diferença média	teste t*	Bootstrapping**	
					Limite Inferior	Limite Superior
MIU_F1	Até 38 anos	2,69 (0,61)	-0,12	$t = -1,215$ (gl: 218), $p = 0,226$	-0,32	0,06
	Acima de 38 anos	2,81 (0,76)				
MIU_F2	Até 38 anos	2,47 (0,57)	-0,09	$t = -1,131$ (gl: 218), $p = 0,259$	-0,25	0,07
	Acima de 38 anos	2,55 (0,59)				
MIU_F3	Até 38 anos	2,12 (0,53)	<0,01	$t = 0,005$ (gl: 218), $p = 0,996$	-0,14	0,15
	Acima de 38 anos	2,12 (0,52)				
MIU_F4	Até 38 anos	3,36 (0,73)	-0,15	$t = -1,477$ (gl: 218), $p = 0,141$	-0,37	0,04
	Acima de 38 anos	3,51 (0,80)				

Nota: *variâncias iguais assumidas; ** bootstrapping com 1000 reamostragens.

Fonte: elaboração própria (2023).

Para Souza-Lopes e Saab (2018), moradia adequada é um conceito relacionado às várias dimensões que englobam desde a questão da privacidade até a segurança e infraestrutura adequada incluindo a parte estrutural da edificação como também qualidade ambiental e de saúde; e adequada localização com relação ao trabalho e serviços básicos, devendo todos esses componentes ter um custo disponível e acessível.

Em outras palavras, o direito à moradia digna envolve um conjunto amplo de possibilidade que, a nosso ver, na medida em que a idade aumenta, essa percepção se torna mais presente e é também considerada como sendo de maior importância. O que pode justificar os dados analisados.

Com relação à dimensão Inclusão Social, foi encontrada uma diferença significativa quanto à avaliação do Fator 2. Na tabela 5, em média, os respondentes de menor idade (até 38 anos) têm uma avaliação superior quanto à inclusão social por serviços de saúde e esporte e lazer.

Tabela 5 – Comparação das Avaliações sobre Inclusão Social em função da idade do respondente

Fator	Categoria (idade)	Média (DP)	Diferença média	teste t*	Bootstrapping**	
					Limite Inferior	Limite Superior
IS_F1	Até 38 anos	2,69 (0,75)	-0,17	t = -1,656 (gl: 218), p = 0,099	-0,38	0,05
	Acima de 38 anos	2,87 (0,81)				
IS_F2	Até 38 anos	1,47 (0,94)	0,37	t = 2,957 (gl: 218), p = 0,003	0,13	0,62
	Acima de 38 anos	1,10 (0,90)				
IS_F3	Até 38 anos	3,03 (1,10)	0,12	t = 0,804 (gl: 218), p = 0,423	-0,20	0,44
	Acima de 38 anos	2,91 (1,18)				
IS_F4	Até 38 anos	2,02 (0,55)	-0,10	t = -1,270 (gl: 218), p = 0,206	-0,25	0,07
	Acima de 38 anos	2,12 (0,58)				
IS_F5	Até 38 anos	3,56 (1,03)	-0,21	t = -1,525 (gl: 218), p = 0,129	-0,50	0,06
	Acima de 38 anos	3,77 (0,97)				

Nota: *variâncias iguais assumidas; ** bootstrapping com 1000 reamostragens.

Fonte: elaboração própria (2023).

A diversidade do debate em torno da dimensão inclusão social, atrelada aos fatores presentes na caracterização do que Souza-Lopes e Saab (2018) consideram como sendo moradia adequada nos permite inferir que essa avaliação conferida aos itens serviço de saúde e lazer apontada na tabela 5, mostra uma relação de interdependência entre esses fatores, chegando perto do que Borges (2018) aponta como mudança radical na vida daqueles que contam com esses tipos de serviços integrado ao espaço da HIS.

Na dimensão Satisfação do Morador foi encontrada diferença significativa quanto à avaliação do Fator 3. Na tabela 6, em média, os respondentes de maior idade (acima de 38 anos) têm uma avaliação superior relacionada à satisfação com a iluminação.

Tabela 6 – Comparação de Avaliações sobre a Satisfação do Morador em função da idade do respondente

Fator	Categoria (idade)	Média (DP)	Diferença média	teste t*	Bootstrapping**	
					Limite Inferior	Limite Superior
SM_F1	Até 38 anos	4,10 (0,55)	-0,16	t = -0,253 (gl: 218), p = 0,801	-0,16	0,11
	Acima de 38 anos	4,11 (0,40)				
SM_F2	Até 38 anos	3,15 (0,64)	-0,08	t = -0,974 (gl: 218), p = 0,331	-0,25	0,07
	Acima de 38 anos	3,23 (0,65)				
SM_F3	Até 38 anos	3,76 (0,75)	-0,29	t = -2,845 (gl: 218), p = 0,005	-0,48	-0,09
	Acima de 38 anos	4,05 (0,75)				
SM_F4	Até 38 anos	3,33 (0,57)	-0,03	t = -0,330 (gl: 218), p = 0,742	-0,20	0,15
	Acima de 38 anos	3,35 (0,67)				
SM_F5	Até 38 anos	2,96 (0,90)	0,01	t = 0,087 (gl: 218), p = 0,931	-0,22	0,24
	Acima de 38 anos	2,95 (0,94)				

SM_F6	Até 38 anos	4,08 (1,02)	0,03	t = 0,247 (gl: 218), p = 0,805	-0,24	0,31
	Acima de 38 anos	4,05 (1,02)				

Nota: *variâncias iguais assumidas; ** *bootstrapping* com 1000 reamostragens.
Fonte: elaboração própria (2023).

Esse achado corrobora o resultado encontrado por Fernandes (2009) sobre esse item. O que para Borges (2018) se trata de questão que leva a maior segurança dos moradores do Residencial investigado nesse estudo.

Comparação por Renda

Com relação à renda, a amostra continha dois grupos com níveis de renda distintos, sendo um até 1 salário mínimo (n = 202) e outro com renda de 1 a 2 salários mínimos (n = 18). A tabela 7 demonstra que não foram identificadas diferenças significantes nas avaliações sobre Moradia e Inserção Urbana em função da renda do respondente.

Tabela 7 – Comparação de Avaliações sobre Moradia e Inserção Urbana em função da renda do respondente

Fator	Categoria (salários)	Média (DP)	Diferença média	teste t*	<i>Bootstrapping</i> **	
					Limite Inferior	Limite Superior
MIU_F1	Até 1 salário	2,76 (0,70)	0,15	t = 0,888 (gl: 218), p = 0,376	-0,13	0,43
	Entre 1 e 2 salários	2,61 (0,51)				
MIU_F2	Até 1 salário	2,51 (0,58)	0,06	t = 0,423 (gl: 218), p = 0,673	-0,24	0,32
	Entre 1 e 2 salários	2,45 (0,58)				
MIU_F3	Até 1 salário	2,11 (0,53)	-0,12	t = -0,897 (gl:218), p = 0,371	-0,32	0,13
	Entre 1 e 2 salários	2,22 (0,46)				
MIU_F4	Até 1 salário	3,43 (0,78)	-0,04	t = -0,233 (gl:218), p = 0,816	-0,35	0,26
	Entre 1 e 2 salários	3,47 (0,65)				

Nota: *variâncias iguais assumidas; ** *bootstrapping* com 1000 reamostragens.
Fonte: elaboração própria (2023).

Para Marques (2018) as mudanças que o trabalho social com os moradores da HIS proporciona, a nosso ver segue o mesmo parâmetro para qualquer categoria de renda sobretudo aquela vinculada ao público alvo do financiamento do programa de HIS, aproximando-se sensivelmente dos achados obtidos por Fernandes (2009) e Marques (2018) reportando-se a infraestrutura de suporte as necessidades sociais desses grupos beneficiados pela HIS.

Na dimensão Inclusão Social, foi encontrada uma diferença significativa quanto à avaliação do Fator 3. Na tabela 8, em média, os respondentes com maior renda (entre 1 e 2 salários mínimos) se sentem mais incluídos pelo conhecimento das ações do poder público.

Tabela 8 – Comparação das Avaliações sobre Inclusão Social em função da renda do respondente

Fator	Categoria (salários)	Média (DP)	Diferença média	teste t*	<i>Bootstrapping</i> **	
					Limite Inferior	Limite Superior
IS_F1	Até 1 salário	2,75 (0,74)	-0,33	t = -1,743 (gl: 218), p = 0,083	-0,85	0,23
	Entre 1 e 2 salários	3,08 (1,10)				
IS_F2	Até 1 salário	1,30 (0,91)	0,19	t = 0,839 (gl: 218), p = 0,402	-0,40	0,71
	Entre 1 e 2 salários	1,11 (1,21)				
IS_F3	Até 1 salário	2,90 (1,13)	-0,85	t = -3,081 (gl: 218), p = 0,002	-1,33	-0,39
	Entre 1 e 2 salários	3,75 (0,96)				
IS_F4	Até 1 salário	2,07 (0,55)	0,02	t = 0,111 (gl: 218), p = 0,912	-0,30	0,30
	Entre 1 e 2 salários	2,06 (0,70)				
IS_F5	Até 1 salário	3,66 (1,02)	-0,06	t = -0,258 (gl: 218), p = 0,797	-0,47	0,35
	Entre 1 e 2 salários	3,72 (0,89)				

Nota: *variâncias iguais assumidas; ** *bootstrapping* com 1000 reamostragens.
Fonte: elaboração própria (2023).

Maior nível de renda versus melhor avaliação quanto à percepção da inclusão social referente ao conhecimento das ações do setor público possibilitando assim estabelecer a inferência de autonomia e protagonismo apontada por Nery e Araújo (2018). Ou seja, quanto mais informação o morador obtiver, maior deve ser a possibilidade de agir de modo a manter o seu espaço de habitação conservado e de busca daquilo que o Estado deve lhe proporcionar através da política de habitação.

Na dimensão Satisfação do Morador, embora o teste t paramétrico não tenha sido significativo ($p = 0,128$), a reamostragem (*bootstrapping*) encontrou diferença significativa na avaliação do Fator 3, considerando que os limites inferiores e superiores não cruzam o zero (ambos têm sinal negativo). Na tabela 9, em média, os respondentes de maior renda (renda entre 1 e 2 salários) têm uma avaliação superior relacionada à satisfação com a iluminação.

Tabela 9 – Comparação das Avaliações sobre a Satisfação do Morador em função da renda do respondente

Fator	Categoria (salários)	Média (DP)	Diferença média	teste t*	Bootstrapping**	
					Limite Inferior	Limite Superior
SM_F1	Até 1 salário	4,11 (0,48)	0,07	t = 0,623 (gl: 218), p = 0,534	-0,17	0,29
	Entre 1 e 2 salários	4,04 (0,45)				
SM_F2	Até 1 salário	3,17 (0,62)	-0,25	t = -1,581 (gl: 218), p = 0,115	-0,57	0,12
	Entre 1 e 2 salários	3,42 (0,79)				
SM_F3	Até 1 salário	3,88 (0,77)	-0,29	t = -1,529 (gl: 218), p = 0,128	-0,58	-0,02
	Entre 1 e 2 salários	4,17 (0,62)				
SM_F4	Até 1 salário	3,33 (0,61)	-0,13	t = -0,873 (gl: 218), p = 0,384	-0,44	0,17
	Entre 1 e 2 salários	3,46 (0,69)				
SM_F5	Até 1 salário	2,99 (0,89)	0,38	t = 1,713 (gl: 218), p = 0,088	-0,09	0,82
	Entre 1 e 2 salários	2,61 (1,04)				
SM_F6	Até 1 salário	4,05 (1,02)	-0,11	t = -0,447 (gl: 218), p = 0,655	-0,56	0,32
	Entre 1 e 2 salários	4,17 (1,04)				

Nota: *variâncias iguais assumidas; ** *bootstrapping* com 1000 reamostragens.

Fonte: elaboração própria (2023)

Iluminação pública é serviço essencial conforme percebido pelos respondentes com renda superior, conforme tabela 13. Sendo aspecto relacionado as políticas de interesse social, atuando em conjunto com a política habitacional, confere melhor qualidade de vida aos moradores de qualquer HIS (PIRES; CALEGARE, 2017).

Comparação por quantidade de filhos

Na tabela 10, a quantidade de filhos do respondente foi dividida em função da mediana da amostra, de 2 filhos. Então dois grupos foram criados, sendo um até 2 filhos ($n = 144$) e outro acima de 2 filhos ($n = 76$).

Tabela 10 – Comparação de Avaliações sobre Moradia e Inserção Urbana por quantidade de filhos

Fator	Categoria (filhos)	Média (DP)	Diferença média	teste t*	Bootstrapping**	
					Limite Inferior	Limite Superior
MIU_F1	Até 2 filhos	2,84 (0,71)	0,26	t = 2,705 (gl: 218), p = 0,007	0,10	0,42
	Acima de 2 filhos	2,58 (0,59)				
MIU_F2	Até 2 filhos	2,50 (0,61)	-0,02	t = -0,238 (gl:218), p = 0,812	-0,18	0,12
	Acima de 2 filhos	2,52 (0,53)				
MIU_F3	Até 2 filhos	2,13 (0,53)	0,04	t = 0,488 (gl: 218), p = 0,626	-0,11	0,17
	Acima de 2 filhos	2,09 (0,52)				
MIU_F4	Até 2 filhos	3,41 (0,75)	-0,07	t = -0,681 (gl:218), p = 0,497	-0,30	0,13
	Acima de 2 filhos	3,48 (0,79)				

Nota: *variâncias iguais assumidas; ** *bootstrapping* com 1000 reamostragens.

Fonte: elaboração própria (2023).

A tabela 10 demonstra que foi identificada uma diferença estatisticamente significativa nas avaliações sobre o Fator 1. Em média, os respondentes que têm menos filhos avaliam que estão sendo melhor inseridos socialmente em relação a saúde e educação. Nesse sentido, Silva (2013) pondera ser a habitação um problema para as famílias de baixa renda ou para as que não possuem renda e estão desempregadas. Isto é, sem ocupação definida e fixa, de modo que a inserção social pode vir a ser um item capaz de trazer satisfação considerando o total de membros de cada família, por óbvio que quanto menor o número de filhos, menos problemas em relação aos itens saúde e educação, por exemplo. Sendo, portanto, coerente com os achados deste estudo.

Na dimensão Inclusão Social, foram encontradas diferenças significantes quanto às avaliações dos fatores 1 e 2. Embora o teste t do Fator 4 tenha dado significativo ($p=0,039$), o intervalo das reamostragens não confirmaram a significância. Na tabela 11, em média, os respondentes com mais filhos (acima de 2 filhos) se sentem mais inseridos por aspectos como saúde e educação (Fator 1) e lazer e áreas verdes (Fator 2).

Tabela 11 – Comparação das Avaliações sobre Inclusão Social em função da quantidade de filhos do respondente

Fator	Categoria (filhos)	Média (DP)	Diferença média	teste t*	Bootstrapping**	
					Limite Inferior	Limite Superior
IS_F1	Até 2 filhos	2,68 (0,75)	-0,28	t = -2,560 (gl: 218), p = 0,011	-0,49	-0,08
	Acima de 2 filhos	2,96 (0,81)				
IS_F2	Até 2 filhos	1,15 (0,75)	-0,41	t = -3,179 (gl: 218), p = 0,002	-0,71	-0,14
	Acima de 2 filhos	1,56 (1,19)				
IS_F3	Até 2 filhos	3,04 (1,19)	-0,21	t = 1,275 (gl: 218), p = 0,204	-0,08	0,50
	Acima de 2 filhos	2,84 (1,04)				
IS_F4	Até 2 filhos	2,01 (0,53)	-0,16	t = -2,706 (gl: 218), p = 0,039	-0,35	0,01
	Acima de 2 filhos	2,18 (0,62)				
IS_F5	Até 2 filhos	3,66 (1,04)	-0,01	t = -0,079 (gl: 218), p = 0,937	-0,26	0,25
	Acima de 2 filhos	3,67 (0,94)				

Nota: *variâncias iguais assumidas; ** bootstrapping com 1000 reamostragens.

Fonte: elaboração própria (2023).

Saúde, educação, lazer e áreas verdes são fatores estreitamente relacionados a melhoria na qualidade de vida, aspecto percebido e destacado pelos respondentes com maior número de filhos na amostra investigada. Aspecto corroborado por Silva (2013), bem como no estudo de autoria de Meylan (2019) seja de modo implícito ou explícito esses aspectos se fazem presentes em estudos cujo foco de pesquisa envolve a HIS em suas múltiplas dimensões.

Na dimensão Satisfação do Morador, não foram identificadas diferenças significantes quanto às avaliações dos grupos de maior e menor número de filhos, conforme demonstra a tabela 12.

Tabela 12 – Comparação de Avaliações sobre a Satisfação do Morador em função da quantidade de filhos do respondente

Fator	Categoria (filhos)	Média (DP)	Diferença média	teste t*	Bootstrapping**	
					Limite Inferior	Limite Superior
SM_F1	Até 2 filhos	4,14 (0,50)	0,10	t = 1,468 (gl: 218), p = 0,144	-0,02	0,22
	Acima de 2 filhos	4,04 (0,43)				
SM_F2	Até 2 filhos	3,15 (0,59)	-0,10	t = -1,143 (gl: 218), p = 0,254	-0,30	0,10
	Acima de 2 filhos	3,26 (0,73)				
SM_F3	Até 2 filhos	3,86 (0,76)	-0,12	t = -1,072 (gl: 218), p = 0,285	-0,33	0,10
	Acima de 2 filhos	3,98 (0,76)				

SM_F4	Até 2 filhos	3,38 (0,61)	0,10	t = 1,125 (gl: 218), p = 0,262	-0,06	0,25
	Acima de 2 filhos	3,28 (0,63)				
SM_F5	Até 2 filhos	2,97 (0,84)	0,02	t = 0,140 (gl: 218), p = 0,889	-0,24	0,27
	Acima de 2 filhos	2,95 (1,02)				
SM_F6	Até 2 filhos	4,06 (1,04)	-0,01	t = -0,023 (gl: 218), p = 0,982	-0,30	0,27
	Acima de 2 filhos	4,07 (0,98)				

Nota: *variâncias iguais assumidas; ** *bootstrapping* com 1000 reamostragens.

Fonte: elaboração própria (2023).

Entendemos que essa não diferenciação significativa dos fatores que contemplam a satisfação do morador tendo como parâmetro de análise o número total de filhos, exposto na tabela 12, se deve ao fato de que independentemente do número de filhos, as necessidades sociais da família devem ser atendidas pelo trabalho social que deve ser desenvolvido na HIS para facilitar a convivência de várias famílias com visões, grau de educação, experiência de vida, nível de renda e faixa etária diferenciadas em espaço físico que possui áreas comuns e, por isso precisa ter normas de convivência e regras que atendam os interesses da comunidade e sejam cumpridas por todos sem qualquer diferenciação de modo a evitar que haja exclusão de alguma forma (VASQUES, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A efetivação dessa pesquisa ampliou o nosso entendimento sobre a inovação organizacional que está sendo empreendida para atender a necessidade de adaptação aos beneficiários de programa de habitação de interesse social. Um tema complexo que envolve a adoção de medidas para o combate ao déficit habitacional através da ampliação de moradias dignas para a população de baixa renda, cumprindo assim diretriz política voltada para o segmento habitação.

Associado ao tema da habitação de interesse social, o conceito de moradia digna encontra ressonância na base legislativa representada pelos direitos sociais estabelecidos na Constituição Federal de 1988, bem como nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU voltados para essa finalidade e que são representados por metas a serem alcançadas até 2030. Esse conceito está sendo buscado dentro do contexto da política habitacional inclusiva que representa, sob a ótica da HIS, a necessidade de estabelecer mudança comportamental entre os beneficiários dessa política pública para favorecer a interação e convivência social entre os moradores dessas habitações.

A inovação organizacional, dentro do contexto local aqui considerado, representa uma mudança de paradigma que requereu uma avaliação sistematizada das ações de governo que podem ser úteis para a verificação de sua eficiência; ajustes e correções de políticas e ações; publicação de resultados e relatórios para a população e órgãos de controle e, principalmente, a tomada de decisões baseadas em fatos e informações confiáveis.

Os desafios que hoje se colocam para o planejamento, implantação, gestão e consolidação de um modelo de habitação, dentro do contexto de uma política pública voltada para o alcance do chamado interesse social, exigem uma reflexão profunda sobre a política de habitação popular que vá além da transposição de famílias de uma situação de rua ou moradia precária para residências de alvenaria em regiões seguras.

Na medida em que se vislumbra a habitação como uma política pública que prepara para a vivência comunitária e representa uma mudança importante na vida das famílias que passarão a ocupar tais habitações e seus respectivos equipamentos, essa concepção envolve a educação para a convivência compartilhada, a inclusão, a participação ativa e a emancipação. Essas mudanças de hábitos também vão passar a fazer parte dessa nova realidade e atingir a

todos indistintamente em uma habitação de interesse social que se pretende a fazer parte de algo muito maior: o exercício pleno da cidadania.

Os exemplos desse modelo de inovação organizacional voltado para a HIS trazidos para demonstrar a perspectiva traduzida em um novo modelo de interação social, capaz de conferir dignidade aos moradores, foram ilustrados nesse estudo mediante apresentação do que está sendo feito em Ananindeua no estado do Pará, em Cuiabá no Mato Grosso, em João Pessoa na Paraíba, em Caruaru no estado de Pernambuco e no estado de São Paulo. Realidades com resultados considerados satisfatórios, servindo de base para realizar a avaliação da pós-ocupação do Residencial Jáder Soares Pimentel, com a finalidade de aperfeiçoamento das ações e política de habitação de interesse social da Prefeitura Municipal de Guarabira/PB – PMG.

O diagnóstico construído com base nos dados coletados entre os moradores desse residencial, bem como nas observações de campo, na análise de documentos e legislações, e no levantamento feito junto aos técnicos da PMG responsáveis pela condução do empreendimento, em consonância com a abordagem teórica traçada para fundamentar o estudo possibilitou chegar à conclusão de que a vida comunitária no quesito moradia, requer apoio técnico, sobretudo para aqueles que estão atuando sem uma ocupação formal e possuem pouco conhecimento a respeito de sua sistemática e esclarecimentos sobre o seu protagonismo social.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a gestão do modelo de habitação de interesse social é desafiadora, bem como que os fatores educação, inclusão e participação são pontos essenciais a considerar. Haja vista o fato de que o interesse social no seio da política pública de habitação requer controle para subsidiar o planejamento de ações do município. E, ainda que as ações a serem empreendidas pela PMG devem ser integradas. Deve ainda ser evidenciado que os dados e os resultados da pesquisa podem servir de base para o planejamento habitacional na prefeitura de Guarabira.

Destaca-se como limitações da pesquisa a falta de compreensão dos beneficiários no que a HIS diz a respeito da insegurança jurídica decorrente da falta de documentação de titularidade do imóvel. O que conflita com o conceito de moradia digna, o qual perpassa a compreensão dessa dimensão como sendo questão de direito e não apenas de política habitacional. Posto ser a moradia um bem jurídico essencial a qualidade de vida das pessoas.

Isso se refletiu diretamente nos itens e fatores relacionados à dimensão inclusão social porque a habitação é tratada como demanda, como interesse mercadológico, sendo a carência de seus demandantes uma possível consequência da falta de emprego, de uma ocupação formalizada, já que muitos dos beneficiários da HIS dependem de programas de transferência de renda para suprir o sustento de suas famílias. Além disso, consideram a manutenção de suas áreas comuns como sendo responsabilidade do poder público, como se estas não fossem consideradas extensões de suas moradias.

Por fim, apresenta-se como recomendação para pesquisas futuras a replicação em empreendimentos habitacionais de outros municípios para que se pudesse fazer um estudo comparativo entre realidades distintas envolvendo o mesmo objeto de investigação. Envolver a questão da inovação organizacional, fugindo da tradicional abordagem conceitual que caracteriza a maioria dos estudos sobre a HIS, sobretudo com a retomada do Programa Minha Casa Minha Vida, implicando na perda de exclusividade da Caixa Econômica como agente financeiro desse programa habitacional. Abrindo espaço para que bancos privados e cooperativas de crédito possam cumprir esse papel, e ainda com alteração na faixa de financiamento para atender famílias com renda mensal de até R\$ 8.000,00, em áreas urbanas, e de até R\$ 96.000,00 ao ano, na zona rural. Ou seja, são novas diretrizes que alteram o cenário no qual esta pesquisa foi desenvolvida e que justificam novos estudos científicos.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, S. Desafios da habitação popular no Brasil: políticas recentes e tendências. In: CARDOSO, A. L. (Org.). **Habitação social nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: Finep/CEF, 2007.

BANDEIRA, Ludmila Ferreira; REYES JÚNIOR, Edgar. Programa minha casa minha vida (2012-2016): análise da eficiência relativa dos municípios brasileiros na execução de programas federais. **Rev. Adm. Pública**. 55(2), mar/abr., 2021. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rap/a/GZ8htWtPWDtpKKV5BbVdChL/> > . Acesso em: 27 set. 2022.

BORGES, A.M.S. **Minha casa, minha vida, meu lar**. Será mesmo? uma visão sobre as recentes políticas habitacionais de interesse social e suas ações além das telhas e tijolos. 2018, 185f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em: < <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/178410> > . Acesso em: 13 fev. 2023.

BUONFIGLIO, Leda Velloso. Habitação de interesse social. **Mercator (Fortaleza)** 17, 2018. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/mercator/a/6ybBTz9kZfptHGx4GjwRqYw/?lang=pt> > . Acesso em: 23 set. 2022.

CHUNG, Sang-Hyun et al. Past, present, and future of social housing in Seoul: where is social housing heading to? **Sustainability**, v. 12, n. 19, 8165, Oct. 2020. Disponível em: < <https://doi.org/10.3390/su12198165> > . Acesso em: 27 set. 2022.

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 12 ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.

EFRON, B.; TIBSHIRANI, R. Bootstrap methods for standard errors, confidence intervals, and other measures of statistical accuracy. **Statistical Science**, v. 1, n. 1, p. 55–77, 1986.

FERNANDES, A.L. et al. **Avaliação de pós ocupação do programa Habitar Brasil**: projeto de urbanização integrada da área “Y” - Jd. Padroeira, Osasco – SP. Osasco: Prefeitura Municipal de Osasco, 27 jan. 2009.

FIELD, Andy. **Discovering statistics using IBM SPSS statistics**. London: Sage, 2018.

GONÇALVES, M. da C. V. O trabalho social e a política habitacional. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 13, n. 2, p. 175-190, jul.-dez. 2007.

HAIR Jr., Joseph F.; ANDERSON, Ralph E.; TATHAM, Ronald T.; BLACK, Willian C. **Análise Multivariada de Dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

LIN, Yanliu. An institutional and governance approach to understand large-scale social housing construction in China. **Habitat International**, v. 78, p. 96-105, Aug. 2018. Disponível em: < <https://doi.org/10.1016/j.habitatint.2018.06.001> > . Acesso em: 23 set. 2022.

MARQUES, Carlos Alberto Bispo. **A efetividade do trabalho técnico social no empreendimento do MCMV/FAR em Itabuna (BA)**: caso da apropriação socioterritorial dos moradores do Vida Nova. 2018, 123f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Feira de Santana, 2018. Disponível em: < <http://tede2.uefs.br:8080/bitstream/tede/909/2/A%20> >

Efetividade_do_TTS_Empreend_MCCV_FAR_Itabuna_BA_Carlos_Alberto_B_Marques.pdf > . Acesso em: 29 nov. 2022.

MEYLAN, Arleide. A política de habitação social no Brasil: as inflexões da política habitacional pelo programa minha casa, minha vida. **R. Bras. de Dir. Urbanístico - RBDU**. Belo Horizonte, ano 5, n. 8, p. 77-97, jan./jun. 2019, p. 77-97. Disponível em: < <https://biblioteca.ibdu.org.br> >article > . Acesso em: 26 nov. 2022.

NERY, Daiane da Silva Pacheco; ARAÚJO, Débora Magalhães. O trabalho social no contexto do programa minha casa, minha vida: uma análise dos limites e desafios de atuação do assistente social. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 5 a 7 dez, 2018. Disponível em: < <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/25088> > . Acesso em: 29 nov. 2022.

ONU BRASIL. Objetivo 11: tornar as cidades e os assentamentos humanos, inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. *In: Os objetivos do desenvolvimento sustentável*. ONU BRASIL, 2022. Disponível em: < <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/11> > . Acesso em: 20 out. 2022.

PAZ, Rosângela Dias Oliveira da; TABOADA, Kleyd Junqueira. Política nacional de habitação, intersetorialidade e integração de políticas públicas. **Curso a distância, trabalho social em programas e projetos de habitação de interesse social**. Brasília: Ministério das Cidades, 2010, p. 25-44. Disponível em: < https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Livro_EAD_19-10-10.pdf > . Acesso em: 15 nov. 2022.

PIRES, Elane de Azevedo; CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguiar. A habitação de interesse social no Brasil e sua expressão em Manaus. **Novos Cadernos NAEA**, vol. 20, nº 3, set/dez, 2017, p. 115-136. Disponível em: < <https://periodicos.ufpa.br> > . Acesso em: 27 set. 2022.

SILVA, Francismary de Amorim. **A política pública de habitação em Cuiabá: o trabalho técnico social no PHBB**. 2013, 108f. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade Federal de Mato Grosso, 2013. Disponível em: < <https://ppgpsufmt.com.br/dissertacao/politica-publica-de-habitacao-em-cuiaba-o-trabalho-tecnico-social-no-phbb/> > . Acesso em: 29 nov. 2022.

SOUZA-LOPES, Angélica Vieira de; SAAB, Thiago Bueno. Uma análise da política pública de habitação urbana no estado de São Paulo. **Revista Geosp**, 5 jul., 2021. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/173754/174776> > . Acesso em: 27 set. 2022.

TABACHNICK, B. G.; FIDELL, L. S. **Using multivariate statistics**. 6. ed. Boston: Allyn and Bacon, 2013.

VASCONCELLOS SOBRINHO, Mário; ALVES, Nedir Mendes; VASCONCELLOS, Ana Maria de Albuquerque. Gestão municipal de política nacional de habitação de interesse social: o trabalho técnico social na gestão de projetos habitacionais em assentamentos precários em Ananindeua, estado do Pará. **Desenvolvimento em Questão**, vol. 14, nº 34, 1 set, 2016. Disponível em: < <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/3233> > . Acesso em: 30 nov. 2016.

VASQUES, Victor. **O que é inovação social e qual o papel dela nas novas cidades?** 2020. Disponível em: < <https://inovasocial.com.br/inoва/inovacao-social-papel-novas-cidades/> > . Acesso em: 06 mar. 2023

WIESEL, Ilan; PAWSON, Hal. Why do tenants leave social housing? exploring residential and social mobility at the lowest rungs of Australia's socioeconomic ladder. **Australian Journal of Social Issues**, v. 50, n. 4, p. 397-417, 2015. Disponível em: < <https://doi.org/10.1002/j.1839-4655.2015.tb00357.x> > . Acesso em: 12 out., 2022.